

VALERIO DE OLIVEIRA MAZZUOLI

Professor-associado da Faculdade de Direito da UFMT. Pós-Doutor em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade Clássica de Lisboa. Doutor *summa cum laude* em Direito Internacional pela UFRGS. Mestre em Direito pela Unesp, *campus* de Franca. Membro da Comissão Especial de Direito Internacional do Conselho Federal da OAB. Advogado e Consultor Jurídico.

CURSO DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

6^a
edição

revista,
atualizada e
reformulada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 22.02.2023
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2023 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Fabricio Vale
- CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

1236777

Mazzuoli, Valerio de Oliveira

Curso de direito internacional privado / Valerio de Oliveira Mazzuoli. – 6. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2023.

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5964-768-2

1. Direito internacional privado. I. Título.

23-81931

CDU: 341.9



Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

Sumário

ABREVIATURAS E SIGLAS USADAS	XIX
------------------------------------	-----

PARTE I PARTE GERAL

Capítulo I DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO, DIREITO INTERTEMPORAL E DIREITO UNIFORME

1. Colocação do problema.....	3
1.1 Abertura legislativa e função do DIPr	5
1.2 Interação legislativa global	6
1.3 DIPr e direitos humanos	7
2. DIPr e direito intertemporal.....	10
3. DIPr e direito uniforme.....	11
3.1 Impossibilidade de uniformização total.....	12
3.2 Uniformização regional e global	14
3.3 Diferenças de fundo	15
4. Perspectiva	16

Capítulo II NOÇÕES PRELIMINARES AO ESTUDO DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

1. Conceito de DIPr	19
1.1 O “elemento estrangeiro”	21
1.2 Conflitos interestaduais.....	22
1.3 Discricionariedade estatal.....	24
1.4 Missão principal do DIPr.....	26
1.5 A questão da nomenclatura	27
1.6 Necessidade de divergência entre normas estrangeiras autônomas e independentes	28
2. Objeto e finalidade do DIPr.....	29
2.1 Objeto do DIPr	29
2.2 Finalidade do DIPr.....	33
3. Posição do DIPr nas ciências jurídicas (taxinomia)	35
3.1 O DIPr é direito interno ou internacional?.....	35
3.2 O DIPr versa matéria afeta ao direito privado ou ao direito público?	37
4. Conflitos de leis estrangeiras no espaço.....	38

5. Direito Internacional Privado brasileiro	39
5.1 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB.....	40
5.2 Estatuto pessoal no DIPr brasileiro	42
5.3 Estatuto pessoal no Código Bustamante	45

Capítulo III

FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

1. Introdução.....	47
2. Fontes internas.....	48
2.1 Constituição e leis	49
2.2 Costume nacional.....	52
2.3 Doutrina e jurisprudência interna	54
3. Fontes internacionais.....	56
3.1 Tratados internacionais	56
3.2 Costume internacional	60
3.3 Jurisprudência internacional	61
4. Fontes transnacionais	63
5. Conflitos entre as fontes.....	65
5.1 Conflitos entre fontes de categorias distintas	65
5.2 Conflitos entre fontes de mesma categoria.....	66
5.3 Conclusão sobre os critérios.....	67

Capítulo IV

TEORIA GERAL DAS NORMAS DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

1. Normas indicativas	69
1.1 Normas diretas e indiretas	70
1.2 Hipótese e disposição	71
1.3 <i>Lex fori</i> e <i>lex causae</i>	71
1.4 Categorias de normas indicativas.....	72
2. Conflitos das normas de DIPr no espaço.....	73
2.1 Conflito espacial positivo.....	75
2.2 Conflito espacial negativo (teoria do reenvio)	77
2.2.1 Entendimento.....	77
2.2.2 Posição do direito brasileiro	79
2.2.3 Importância prática do reenvio.....	81
2.2.4 Conclusão	83
3. Conflitos das normas de DIPr no tempo	83
4. Aplicação substancial das normas de DIPr.....	87
4.1 Problema das qualificações.....	87
4.1.1 Fundamento	88

4.1.2	Conceito e entendimento.....	89
4.1.3	Qualificação por etapas.....	91
4.1.4	Exceção dos bens e das obrigações.....	93
4.1.5	Regras do Código Bustamante.....	95
4.1.6	Instituições desconhecidas.....	96
4.2	Conflito de qualificações.....	97
4.3	Questão prévia.....	100
4.4	Adaptação ou aproximação.....	104
5.	Remissão a ordenamentos plurilegislativos.....	105

Capítulo V

ELEMENTOS DE CONEXÃO

1.	Elemento e objeto de conexão.....	109
1.1	Diferenças de fundo.....	110
1.2	Procedimento de localização.....	110
1.3	Concurso de elementos de conexão.....	111
2.	Espécies de elementos de conexão.....	112
2.1	Conexões pessoais.....	113
2.2	Conexões reais (territoriais).....	113
2.3	Conexões formais.....	113
2.4	Conexões voluntárias.....	114
2.5	Conexões delituais.....	114
3.	Qualificação dos elementos de conexão.....	115
3.1	Qualificação pela <i>lex causae</i>	116
3.2	Conflito positivo e negativo.....	116
4.	Principais elementos de conexão.....	117
4.1	Território.....	118
4.2	Nacionalidade.....	119
4.3	Domicílio.....	120
4.4	Vontade das partes.....	123
4.4.1	Autonomia da vontade e ordem pública.....	124
4.4.2	Fundamento da autonomia da vontade no direito brasileiro.....	125
4.4.3	Autonomia da vontade na eleição de foro.....	127
4.4.4	Autonomia da vontade e qualificação (do objeto e do elemento de conexão).....	128
4.4.5	Autonomia da vontade na jurisprudência brasileira.....	128
4.4.6	Autonomia da vontade no Projeto de Lei nº 269 do Senado Federal.....	129
4.4.7	Conclusão.....	130
4.5	Lugar do contrato.....	130

4.6	<i>A lex fori</i>	131
4.7	Religião e costumes tribais.....	131
5.	Conflitos móveis (sucessão de estatutos).....	133

Capítulo VI

DIREITOS ADQUIRIDOS NO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

1.	Entendimento	137
2.	Efeitos dos direitos adquiridos	141
3.	Limites da <i>lex fori</i>	142
4.	Elementos para o reconhecimento	145
5.	Direitos adquiridos no DIPr brasileiro	146

Capítulo VII

APLICAÇÃO DO DIREITO ESTRANGEIRO PELO JUIZ NACIONAL

1.	Dever de aplicação do direito estrangeiro indicado	149
1.1	A questão da competência	150
1.1.1	Competência concorrente.....	153
1.1.2	Competência exclusiva.....	158
1.1.3	Afastamento da competência	161
1.1.4	Ainda sobre a (não) exaustividade dos arts. 21 a 25 do CPC/2015.....	164
1.2	Imposição legal de aplicação do direito estrangeiro.....	166
1.3	Norma estrangeira como direito (não como fato)	167
2.	Aplicação direta da lei estrangeira	169
2.1	Aplicação <i>ex officio</i>	169
2.2	Prova do direito estrangeiro.....	173
2.3	Lei estrangeira como paradigma para recursos excepcionais	179
2.4	Análise e interpretação da lei estrangeira	181
2.5	Aplicação errônea da lei estrangeira e recursos cabíveis.....	186
2.6	Controle de constitucionalidade da lei estrangeira (conforme a Constituição do Estado estrangeiro)	187
2.7	Controle de convencionalidade da lei estrangeira (conforme as normas internacionais em vigor no Estado estrangeiro)	190
3.	Impossibilidade de conhecimento da lei estrangeira.....	192
3.1	Rejeição da demanda ou aplicação da <i>lex fori</i> ?.....	193
3.2	Solução do direito brasileiro	193
4.	Limites à aplicação do direito estrangeiro	194
4.1	Direitos fundamentais e humanos	195
4.2	Ordem pública.....	196
4.3	Normas de aplicação imediata (<i>lois de police</i>)	204
4.4	Fraude à lei.....	209
4.5	<i>Prélèvement (favor negotii)</i>	216

4.6	Reciprocidade	217
4.7	Instituições desconhecidas.....	219
4.8	Norma mais favorável à pessoa	221
5.	Cooperação jurídica internacional	222
5.1	Homologação de sentenças estrangeiras	224
5.2	Auxílio direto.....	229
5.3	Cartas rogatórias	230
6.	Conclusão.....	233

Capítulo VIII

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO PÓS-MODERNO

1.	Introdução.....	235
2.	Diálogo com Erik Jayme.....	236
3.	O novo DIPr e os valores pós-modernos.....	236
3.1	Pluralismo (diversidade cultural).....	237
3.2	Comunicação.....	240
3.3	Narração	241
3.4	Retorno dos sentimentos.....	243
4.	Conclusão.....	244

PARTE II

PARTE ESPECIAL

Capítulo I

DIREITO CIVIL INTERNACIONAL

1.	Leis aplicáveis.....	249
2.	Orientação legislativa.....	249
3.	Plano da Parte Especial	250

Capítulo II

DOS BENS

1.	Introdução.....	253
2.	Regra <i>lex rei sitae</i>	253
3.	Qualificação dos bens.....	257
4.	Bens em trânsito.....	258
5.	Conflitos móveis.....	260
6.	Navios e aeronaves.....	261
7.	Lei aplicável ao penhor.....	263
8.	Tráfico ilícito de bens culturais	265
8.1	Conceito	266
8.2	Lei aplicável.....	267
8.3	A questão do possuidor de boa-fé.....	268
8.4	Normas de aplicação imediata.....	269

Capítulo III
DIREITO DE FAMÍLIA

1. Normas gerais.....	271
2. Esponsais.....	272
2.1 Qualificação dos esponsais	273
2.2 Lei aplicável segundo a LINDB	274
2.3 Regra do Código Bustamante.....	276
3. Casamento.....	277
3.1 Capacidade para casar	278
3.2 Casamento realizado no Brasil	280
3.3 Casamento realizado no exterior	282
3.4 Casamento consular.....	284
3.4.1 Casamento consular de brasileiros no exterior.....	285
3.4.2 Casamento consular de estrangeiros no Brasil	287
3.5 Casamento por procuração.....	288
3.6 Lei aplicável ao regime de bens	290
3.7 Efeitos pessoais do casamento.....	293
3.8 Invalidez do casamento.....	295
4. Divórcio.....	299
4.1 Divórcio consensual consular.....	301
4.2 Divórcio consensual puro e qualificado.....	302
5. Relações parentais	303
5.1 Filiação.....	303
5.2 Guarda de filhos	305
5.3 Direito de visita	307
5.4 Alimentos	309
5.4.1 Convenção de Nova York sobre Prestação de Alimentos no Es- trangeiro (1956)	309
5.4.2 Primeiras normas da Conferência da Haia de Direito Interna- cional Privado.....	310
5.4.3 Convenção sobre a Cobrança Internacional de Alimentos para Crianças e outros Membros da Família e Protocolo sobre a Lei Aplicável (2007)	311
5.4.4 Flexibilização do Protocolo de 2007 em razão da norma mais favorável ao alimentando.....	317
5.5 Sequestro internacional de crianças	319
6. Adoção internacional de menores	324
6.1 A questão da nacionalidade.....	325
6.2 Convenção Interamericana sobre Conflito de Leis em Matéria de Ado- ção de Menores (1984)	327
6.3 Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Maté- ria de Adoção Internacional (1993).....	331

6.4	Direito Internacional Privado brasileiro da adoção	334
6.5	Adoção por estrangeiros na Constituição de 1988 e no ECA	337

Capítulo IV

DIREITO DAS SUCESSÕES

1.	Introdução.....	341
2.	Regra geral da LINDB	342
2.1	Princípio da universalidade sucessória	343
2.2	Desuso (<i>de facto</i>) e insubsistência (<i>de jure</i>) da regra.....	343
2.3	Bens imóveis localizados no estrangeiro.....	345
2.4	Equalização de direitos na partilha dos bens.....	346
3.	Sucessão de bens de estrangeiros situados no País	347
4.	Capacidade para suceder.....	350
5.	Autonomia da vontade	352
6.	Exceção à unidade sucessória em razão de créditos locais.....	352
7.	Execução de testamento celebrado no estrangeiro	353
7.1	Lei aplicável à forma	353
7.2	Lei aplicável à substância.....	356

Capítulo V

OBRIGAÇÕES E CONTRATOS

1.	Introdução.....	359
2.	Obrigação proveniente de contrato	361
3.	Obrigação no exterior destinada à execução no Brasil	366
4.	Obrigações por atos ilícitos.....	368
4.1	Regra <i>lex loci delicti commissi</i>	369
4.2	Tratados internacionais	370
4.3	Flexibilização pela <i>lex damni</i>	371
4.4	Obrigações <i>ex lege</i>	372
5.	Autonomia da vontade	374
6.	Convenção da ONU sobre contratos de compra e venda internacional de mercadorias.....	377

Capítulo VI

ESTATUTO DAS PESSOAS JURÍDICAS

1.	Introdução.....	379
2.	Lei aplicável.....	379
3.	Nacionalidade.....	381
4.	Reconhecimento e funcionamento	382
5.	Limites de operação no Brasil.....	384
6.	Insolvência transnacional.....	386
6.1	Entendimento	386

6.2	Sistemas territorial e universal	386
6.3	Efeitos da insolvência e direito aplicável	389
6.4	Propostas de harmonização internacional.....	391
6.5	Regulamentação brasileira atual.....	392
6.5.1	Acesso à jurisdição brasileira	394
6.5.2	Reconhecimento de processos estrangeiros	395
6.5.3	Cooperação com autoridades e representantes estrangeiros	397
6.5.4	Processos concorrentes	398
7.	Conclusão.....	400
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	401
	OBRAS DO AUTOR.....	421